HUMANAS E SOCIAIS
V.12 • N.3 • 2025 • Publicação Contínua

ISSN Digital: **2316-3801**
ISSN Impresso: **2316-3348**
DOI: **10.17564/2316-3801.2025v12n3p588-603**

INTERFACES CIENTÍFICAS

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK

GENDER-BASED VIOLENCE IN THE LIFE STORIES OF WOMEN WHO USE CRACK

LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA HISTORIA DE VIDA DE MUJERES USUARIAS DE CRACK

Amanda Ely[1]
Paulo Renato Vitória Calheiros[2]

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender a percepção de satisfação no trabalho dos docentes gestores de uma universidade pública. Estudo transversal e qualitativo realizado em uma universidade estadual pública da região norte do Paraná. Participaram deste estudo 27 docentes da área da saúde que ocupavam cargos de gestores. Foi empregada a técnica investigativa de entrevista estruturada. O referencial teórico utilizado foi a Teoria das Representações Sociais e a análise dos dados por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. Identificou-se quatro categorias que representam a percepção em relação à satisfação no trabalho: I) A relação satisfatória entre docente e aluno e visualização do produto do trabalho; II) O envolvimento docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão; III) Os trâmites administrativos e reuniões como sinônimos de insatisfação no trabalho; IV) Os problemas nas relações interpessoais. Observou-se que os docentes que ocupam cargo de gestão sentem satisfação com o ensino e a orientação de alunos, bem como na participação em atividades de pesquisa e extensão e a insatisfação é gerada pelas atividades burocráticas e pelas relações interpessoais problemáticas.

PALAVRAS-CHAVE

Docentes; Pessoal Administrativo; Satisfação no Emprego; Qualidade de Vida; Instituições Acadêmicas.

ABSTRACT

This study aimed to understand the perception of job satisfaction among faculty members who hold managerial positions at a public university. It is a cross-sectional and qualitative study conducted at a state public university in the northern region of Paraná. A total of 27 faculty members from the health area who held management positions participated in this study. Data were collected through structured interviews. The theoretical framework used was the Theory of Social Representations, and data analysis was performed using the Collective Subject Discourse method. Four categories representing the perception of job satisfaction were identified: (I) The satisfactory relationship between teacher and student and the visualization of work outcomes; (II) Faculty involvement in teaching, research, and extension activities; (III) Administrative procedures and meetings as sources of job dissatisfaction; (IV) Problems in interpersonal relationships. It was observed that faculty members in management positions feel satisfied with teaching and student supervision, as well as with participation in research and extension activities, while dissatisfaction arises from bureaucratic tasks and problematic interpersonal relationships.

KEYWORDS

Faculty; Administrative Personnel; Job Satisfaction; Quality of Life; Academic Institutions.

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo comprender la percepción de satisfacción laboral de los docentes que desempeñan cargos de gestión en una universidad pública. Se trata de un estudio transversal y cualitativo realizado en una universidad estatal pública de la región norte de Paraná. Participaron 27 docentes del área de la salud que ocupaban cargos de gestión. Se utilizó la técnica investigativa de entrevista estructurada. El marco teórico empleado fue la Teoría de las Representaciones Sociales y el análisis de los datos se realizó mediante el Discurso del Sujeto Colectivo. Se identificaron cuatro categorías que representan la percepción de satisfacción en el trabajo: (I) La relación satisfactoria entre docente y estudiante y la visualización del producto del trabajo; (II) La participación docente en actividades de enseñanza, investigación y extensión; (III) Los trámites administrativos y las reuniones como sinónimo de insatisfacción laboral; (IV) Los problemas en las relaciones interpersonales. Se observó que los docentes que ocupan cargos de gestión sienten satisfacción con la enseñanza y la orientación de estudiantes, así como con la participación en actividades de investigación y extensión, mientras que la insatisfacción se genera por las tareas burocráticas y las relaciones interpersonales problemáticas.

PALABRAS CLAVE

Docentes; Personal Administrativo; Satisfacción en el Trabajo; Calidad de Vida; Instituciones Académicas.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher é um grave problema social que repercute em diversos âmbitos, como saúde pública e segurança, mas também no ambiente político e legislativo de um país. Em definições mais amplas, este tipo de violência é caracterizado como sempre relacionada ao gênero, podendo causar diversos danos à vítima, e ocorrer tanto nas esferas públicas ou privadas.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2024) a abordagem contemporânea para a compreensão da violência contra a mulher é situá-la em um debate sobre violência de gênero. O termo gênero tem ligação direta com o feminismo e está vinculado, conceitual e politicamente, com o movimento de mulheres contra a secular opressão patriarcal. De acordo com essa perspectiva, a violência contra a mulher seria uma consequência desse processo de socialização machista (SCOTT, 2010, SAFIOTTI, 2015; CFP, 2024).

O Brasil possui dados expressivos e crescentes em violência contra mulher. **Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2024, nos últimos anos houve uma piora nos índices deste tipo de violência no país, com crescimento em praticamente todos os indicadores observados, como** feminicídio, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (**stalking**), violência psicológica e estupro. Tais violências, quando somadas, **atingiram mais de um milhão de mulheres brasileiras em 2023.**

A violência na esfera doméstica tornou-se objeto de política governamental no Brasil, a partir da aprovação da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipificou o crime de violência doméstica e familiar, estabelecendo que as manifestações violentas podem ser físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais, independente de orientação sexual. Apesar da referida lei ter sido aprovada há quase 20 anos, dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam que, entre as brasileiras com 16 anos ou mais, 32,4% afirmaram ter sofrido violência física ou sexual por parte de parceiro ou ex parceiro íntimo, o que se contabiliza em mais de 20 milhões de mulheres brasileiras. De acordo com 57% das mulheres respondentes à referida pesquisa, o lar foi o cenário da violência mais grave que vivenciaram no último ano. Em 11,6% dos casos, a violência ocorreu em espaços públicos. Esse dado reforça a informação de que os agressores mais comuns são pessoas próximas, com quem as mulheres compartilham o ambiente doméstico ou mantêm laços afetivos íntimos. A pesquisa também revelou que a violência doméstica atinge de forma equivalente diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, porém em mulheres com níveis de escolaridade mais baixos, há maior vitimização por violência física, como espancamento, tentativa de estrangulamento, e ameaças e ferimentos por faca e arma de fogo. Além disso, há um

alto percentual de violência contra mulheres pretas e pardas, que somam 76,7% do grupo vitimado, sendo que este grupo, além da violência, precisa lidar com camadas adicionais de vulnerabilidade, como a precarização do trabalho, sobrecarga de cuidados parentais e domésticos e um acesso mais limitado à rede de proteção e justiça.

Ainda que todas as mulheres possam ser vítimas de violência de gênero, as pesquisas mencionadas demonstram que há determinados grupos sociais que estão mais expostos à vitimização. Embora não citados nos estudos epidemiológicos oficiais, entre estes grupos mais vulneráveis estão as mulheres usuárias de drogas, especialmente crack, as quais são particularmente mais propensas a serem vitimadas por agressões pautadas em gênero. Tal fato já foi demonstrado em estudos, que embora ainda sejam escassos, também evidenciaram o início destas violências em momentos de vida anteriores ao uso, muitas vezes na infância e adolescência, apontando para uma possível inter-relação entre violência e uso de drogas na vida destas mulheres (BASTOS, BERTONI, 2014; CRUZ *et al*, 2014; FERTIG *et al*, 2016; SANTOS *et al*, 2018).

Partindo do contexto apresentado, o presente artigo é resultante de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, onde foram entrevistadas mulheres internadas em comunidades terapêuticas no estado, com o objetivo de caracterizá-las em seu perfil sociodemográfico, uso de substâncias e violência de gênero. Buscou-se também compreender especialmente como a violência se inseriu em suas trajetórias individuais enquanto elemento engendrador e agravante do uso de substâncias. Esperamos que, a partir dos dados obtidos, se possa avançar na compreensão das especificidades desta população, contribuindo para a formulação e aperfeiçoamento de diretrizes de atendimento em saúde que acolham às necessidades destas mulheres.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal, de abordagem quantitativa. Os dados foram coletados em 04 comunidades terapêuticas femininas no estado de Rondônia, duas na capital e duas no interior. A escolha por coletar os dados em comunidades terapêuticas se deu porque, em Rondônia, estes equipamentos ainda são o principal recurso de internação de pessoas que possuem necessidades de cuidado para transtornos de uso de álcool e outras drogas. A amostra foi estabelecida pelo critério censitário, incluindo todas as mulheres internadas, selecionando-as por meio dos critérios de inclusão e exclusão, que no caso do estudo foram ter idade acima de 18 anos, estar internada há pelos menos duas semanas para tratamento com diagnóstico prévio de transtorno por uso de crack e não possuir algum tipo de déficit cognitivo que impedisse a compreensão das questões formuladas. Foram selecionadas por meio desses critérios, aquelas que aceitaram voluntariamente fazer parte do estudo, totalizando cinquenta mulheres.

Cabe ressaltar que está pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética (CAAE 54877521.8.0000.5300) e seguiu em todas as suas fases, o disposto na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

As participantes responderam ao instrumento de coleta de dados, um questionário sociocompor-

tamental estruturado, adaptado de Santos *et al* (2018) e Ely e Mosqueiro (2021), composto por 38 perguntas a respeito do perfil sociodemográfico, uso de substâncias e violência.

Foram conduzidas análises estatísticas descritivas e inferenciais dos dados coletados sobre a frequência e o impacto de violências físicas, psicológicas e sexuais em mulheres usuárias de crack, utilizando o software SPSS, versão 27.0. A análise descritiva constou da frequência, idade em que ocorreu a violência e agressores mais frequentes. Na análise inferencial, foi realizada uma comparação entre a idade de início de uso de substâncias psicoativas entre aquelas que sofreram violência e as que não sofreram. Para essa análise, foram utilizados testes t de amostras independentes para comparar as médias da idade de início de uso de cada substância entre os dois grupos. O tamanho do efeito foi medido pelo coeficiente D de Cohen, que indicou a magnitude das diferenças observadas entre os grupos.

3. RESULTADOS

3.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Em relação aos dados sociodemográficos das pesquisadas, a média de idade foi de 34,9 anos, com variação entre 18 e 63 anos. A maioria das mulheres declarou-se parda (64%) seguido de preta/negra (18%) e branca (18%). A respeito da situação conjugal, a maioria informou ser solteira (48%) e ter filhos (84%). Quanto à escolaridade, a maior parte das mulheres tinha ensino fundamental incompleto (38%) ou completo (30%), enquanto apenas 4% declararam possuir ensino superior completo. Em relação à ocupação pré-internação, a maioria trabalhava em trabalhos esporádicos (28%) ou estava desempregada (32%). Cerca de um terço (32%) das mulheres já haviam cumprido mandato judicial de prisão, sendo que os motivos mais frequentes destas prisões foram fraude ou furto (10%) e roubo/assalto (10%).

3.2 USO DE SUBSTÂNCIAS

A tabela 2 apresenta informações sobre consumo de outras substâncias associadas ao crack e idade de início do uso por parte das entrevistadas, onde conforme critérios de inclusão, todas as 50 participantes relataram ter feito uso de crack, sendo a média de idade de início do consumo de 23,12 anos.

Tabela 2 -Idade de início do uso de substancias psicoativas (N=50).

Substancias psicoativas	N	%	Média de idade de início de uso (desvio-padrão)
Crack	50	100%	23,12 (9,32)
Álcool	49	98,0%	16,59 (5,78)
Tabaco	44	88,0%	16,13 (5,59)
Maconha	35	70,0%	17,54 (6,24
Cocaína	28	56,0%	18,75 (5,75)

Sobre o padrão de consumo de crack foram pesquisadas quatro variáveis. A primeira variável é a idade do primeiro uso do crack, cuja média foi de 23,12 anos, indicando que, em média, as mulheres entrevistadas começaram a usar a substância ainda jovens, porém já na vida adulta. A segunda variável é a idade em que houve aumento no consumo de crack, cuja média foi de 26,40 anos, o que sugere que o aumento no consumo ocorreu alguns anos após o primeiro uso da substância, em uma média de 3,28 anos. A terceira variável se refere ao maior tempo de abstinência na vida das entrevistadas. Nesse caso, elas foram divididas em quatro grupos: 1 a 2 semanas, 3 a 4 semanas, mais de um mês e mais de um ano. A maioria das entrevistadas (44%) apresentou um período de abstinência de mais de um mês, enquanto que 34% relataram ter tido um período de abstinência de mais de um ano. Por fim, a quarta variável se refere à frequência de uso de crack nos últimos 30 dias antes da internação. A maioria das entrevistadas (90%) relatou um padrão de uso de crack de alta frequência e intensidade antes da internação. Somente, 6% relataram uso moderado e 4% uso leve, enquanto nenhuma entrevistada relatou não ter utilizado crack nos últimos 30 dias antes da internação.

3.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A respeito dos tipos de violência sofridas, os dados demonstraram que 98% das entrevistadas relataram ter sofrido violência psicológica, sendo o companheiro o agressor mais frequente (76%), seguido por pai/mãe (34%) e outros familiares (36%). A maioria das agressões psicológicas ocorreram na faixa etária entre 20 e 29 anos (66%), porém há relatos de ocorrências em todas as faixas etárias. Quanto à violência física, 90% das mulheres relataram ter sofrido esse tipo de violência, sendo mais frequentemente praticada pelo companheiro (76%), seguido por pai/mãe (28%) e desconhecidos em situação de uso (24%). A maioria das agressões ocorreu na faixa etária entre 20 e 29 anos (50%), mas houveram relatos de ocorrência em todas as faixas etárias. A violência sexual foi relatada por 78% das entrevistadas, sendo "outros familiares" os agressores mais frequentes (40%), seguido por amigos (24%) e desconhecidos em situação de uso (20%). A categoria "outros familiares" foi incluída para indicar vínculo familiar, porém diferenciando o agressor de pai ou mãe. A maioria das agressões sexuais ocorreram na infância ou adolescência, na faixa etária entre menos de 10 anos (48%) e entre 10 e 19 anos (44%). A violência moral foi relatada por 80% das usuárias, sendo amigos e/ou conhecidos os agressores mais frequentes (50%), seguido por outros familiares (40%) e desconhecidos em situação de uso (6%), com ocorrências predominantes na vida adulta, particularmente na faixa etária dos 20 e 29 anos (48%). Por fim, violência patrimonial foi relatada por 54% das entrevistadas, sendo o companheiro o agressor mais frequente (36%) e com predominância de ocorrência na faixa etária entre 20 e 29 anos (30%).

3.4 RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E USO DE SUBSTÂNCIAS

Os resultados mostram a média da idade de início de uso de cada substância para as mulheres que sofreram violência e para aquelas que não sofreram. Também são apresentadas a diferença na média de idade de início de uso, o p-valor do teste t e o tamanho do efeito (D de Cohen), que mede a magnitude da diferença entre os grupos.

No caso do álcool, ter vivenciado violência psicológica na infância e/ou adolescência está associado a um início precoce de uso, com uma diferença na média de idade de -4,18 (p-valor = 0,013) e um tamanho do efeito de 0,75. A violência física também mostra uma associação significativa, com uma diferença na média de idade de -5,43 (p-valor = 0,001) e um tamanho do efeito de 1,02. Da mesma forma, a violência sexual está associada a um início precoce de uso de álcool, com uma diferença na média de idade de -3,76 (p-valor = 0,83) e um tamanho do efeito de 0,66.

Em relação ao tabaco, a violência psicológica está associada a um início precoce de uso, com uma diferença na média de idade de -3,95 (p-valor = 0,008) e um tamanho do efeito de 0,72. A violência física também mostra uma associação significativa, com uma diferença na média de idade de -3,24 (p-valor = 0,033) e um tamanho do efeito de 0,58. A violência sexual está fortemente associada a um início precoce de uso de tabaco, com uma diferença na média de idade de -6,14 (p-valor = 0,017) e um tamanho do efeito de 1,23.

No caso da maconha, a violência psicológica também foi associada a um início precoce de uso, com uma diferença na média de idade de -4,80 (p-valor = 0,019) e um tamanho do efeito de 0,80. A violência física não apresentou uma associação significativa (p-valor = 0,397), enquanto a violência sexual mostra uma diferença não significativa na média de idade de início de uso (p-valor = 0,885).

Para a cocaína, a violência psicológica foi associada a um início precoce de uso, com uma diferença na média de idade de -3,85 (p-valor = 0,198) e um tamanho do efeito de 0,66. A violência física mostrou uma associação significativa, com uma diferença na média de idade de -5,86 (p-valor = 0,003) e um tamanho do efeito de 1,10. A violência sexual não apresentou uma associação significativa (p-valor = 0,523).

Por fim, em relação ao crack, novamente a violência psicológica foi fortemente associada a um início precoce de uso, com uma diferença na média de idade de -9,74 (p-valor <0,001) e um tamanho do efeito de 1,17. A violência física também apresenta uma associação significativa, com uma diferença na média de idade de -6,24 (p-valor = 0,017) e um tamanho do efeito de 0,69. A violência sexual está fortemente associada a um início precoce de uso de crack, com uma diferença na média de idade de -7,75 (p-valor = 0,012) e um tamanho do efeito de 0,89.

Em suma, os resultados da tabela demonstram que a experiência de violência na infância e adolescência das mulheres pesquisadas esteve associada a um início precoce de uso de substâncias psicoativas. Diferentes tipos de violência mostram associações significativas com o início precoce de uso, variando em magnitude de acordo com a substância estudada. Esses achados destacam a importância de considerar a violência na infância e adolescência como um fator de risco para o uso precoce de substâncias psicoativas.

Tabela 04 - Impacto da violência na infância e adolescência no início precoce de uso de substâncias psicoativas

Tipo de violência	Sofreu violência (N)	Média da idade de início de uso (DP)	Não sofreu violência (N)	Média da idade de início de uso (DP)	Diferença na média de idade de início de uso	p-valor (teste t)	D de Cohen
Álcool							
Violência psicológica	18	13,94 (4,09)	31	18,12 (6,10)	-4,18	0,013	0,75
Violência física	16	12,93 (2,86)	33	18,36 (6,03)	-5,43	0,001	1,02
Violência sexual	33	15,36 (4,19)	16	19,12 (7,69)	-3,76	0,83	0,66
Tabaco							
Violência psicológica	16	13,62 (3,30)	28	17,57 (6,15)	-3,95	0,008	0,72
Violência física	14	13,92 (3,58)	30	17,16 (6,09)	-3,24	0,033	0,58
Violência sexual	31	14,32 (2,90)	13	20,46 (7,89)	-6,14	0,017	1,23
Maconha							
Violência psicológica	15	14,80 (5,22)	20	19,60 (6,26)	-4,80	0,019	0,80
Violência física	14	16,42 (7,45)	21	18,28 (5,35)	-1,86	0,397	0,28
Violência sexual	28	17,60 (6,65)	7	17,28 (4,68)	0,32	0,885	0,05
Cocaína							
Violência psicológica	8	16,00 (7,25)	20	19,85 (4,82)	-3,85	0,198	0,66
Violência física	9	14,77 (3,66)	19	20,63 (5,66)	-5,86	0,003	1,10
Violência sexual	22	18,31 (5,55)	6	20,33 (6,74)	-2,02	0,523	0,33

Tipo de violência	Sofreu violência (N)	Média da idade de início de uso (DP)	Não sofreu violência (N)	Média da idade de início de uso (DP)	Diferença na média de idade de início de uso	p-valor (teste t)	D de Cohen
			Crack				
Violência psicológica	18	16,88 (7,06)	32	26,62 (8,65)	-9,74	<0,001	1,17
Violência física	16	18,87 (7,62)	34	25,11 (9,48)	-6,24	0,017	0,69
Violência sexual	33	20,48 (7,64)	17	28,23 (10,37)	-7,75	0,012	0,89

* Foi realizada a correção Hedges quando o (N) foi menor que 50.

Neste estudo, também consideramos os resultados do impacto do aumento do uso de crack pelo tipo de violência sofrida pelas mulheres durante a infância e adolescência, separando os tipos de violência em psicológica, física e sexual.

Para a violência psicológica, aquelas que sofreram violência têm uma média da idade de início de uso de 20,77 anos (DP = 8,46), enquanto as que não sofreram violência têm uma média de 29,56 anos (DP = 9,32). Essa diferença na média de idade de início de uso é estatisticamente significativa (p-valor = 0,002), com um tamanho do efeito de 0,97, indicando um impacto substancial da violência psicológica no aumento do uso de crack.

No caso da violência física, as mulheres que sofreram violência apresentam uma média da idade de início de uso de 22,43 anos (DP = 8,43), enquanto aquelas que não sofreram violência têm uma média de 28,26 anos (DP = 9,97). Essa diferença na média de idade de início de uso é também estatisticamente significativa (p-valor = 0,044), com um tamanho do efeito de 0,60, indicando um impacto moderado da violência física no aumento do uso de crack.

No caso da violência sexual, as mulheres que sofreram violência apresentam uma média da idade de início de uso de 24,15 anos (DP = 8,35), enquanto aquelas que não sofreram violência têm uma média de 30,76 anos (DP = 11,39). Essa diferença na média de idade de início de uso é estatisticamente significativa (p-valor = 0,024), com um tamanho do efeito de 0,69, indicando um impacto moderado da violência sexual no aumento do uso de crack.

Em resumo, os resultados indicam que o tipo de violência sofrida na infância e adolescência no grupo de mulheres pesquisadas, está relacionado ao aumento do uso de crack. As violências psicológicas, físicas e sexuais apresentaram associações significativas com o início mais precoce do uso dessa substância. Esses achados destacam a importância de considerar o impacto da violência na infância e adolescência ao examinar o padrão de uso de crack, ressaltando a necessidade de intervenções e políticas que visem prevenir e tratar as consequências do abuso e violência nessa população vulnerável.

4 ANÁLISE

A partir da apresentação dos resultados, em relação ao perfil sociodemográfico das entrevistadas, a média de idade encontrada foi de 34,9 anos, superior a outros estudos com mulheres usuárias de crack, onde a média de idade foi em torno de 30 anos (BASTOS, BERTONI, 2014; GUIMARÃES, 2017 *et al*, SANTOS *et al*, 2018). Acreditamos que esta diferença se deva a grande variabilidade etária presente em nossa amostra, onde as entrevistadas tinham idades que variaram entre 18 e 63 anos. Seguindo na caracterização sociodemográfica, em maioria, as mulheres entrevistadas declararam-se negras e pardas (82%), sendo que 60% não tinham companheiro e 84% eram mães. A baixa escolaridade e a precarização do trabalho tiverem índices expressivos, onde 68% das entrevistadas relataram ter estudado apenas até o Ensino Fundamental e somente 10% afirmaram possuir trabalho formal com carteira assinada. A ocorrência de prisão ao longo da vida também foi significativa, com 32% de ocorrências.

O perfil predominante das entrevistadas, enquanto mulheres negras, mães, com baixa escolaridade e vínculos de trabalho precarizados se assemelham tanto a pesquisas que retrataram o perfil de usuárias de crack, como o estudo conduzido por Bastos e Bertoni (2014), como em relação a pesquisas que buscaram caracterizar vítimas preferenciais de violência doméstica no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). Tais dados nos mostram que, tanto a vulnerabilidade para sofrer violência de gênero, quanto para tornar-se usuária de substâncias, especialmente o crack, tem cor e classe social definida, visto que o racismo estrutural que permeia nossa sociedade afeta de forma singular as mulheres, muitas vezes empurrando-as para lugares de exclusão e violência. Esta constatação, construída ainda na fase inicial da pesquisa, nos levou a demarcar a necessidade de uma análise interseccional que considerasse as múltiplas expressões de opressão e violência vivenciadas pelas mulheres pesquisadas.

Para a intelectual e ativista brasileira Carla Akotirene, a interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta metodológica e política essencial para o feminismo negro. Em seu livro "O que é Interseccionalidade?" (2018), ela aprofunda a discussão iniciada por Kimberlé Crenshaw (2002), contextualizando-a para a realidade brasileira. Em suas análises, Akotirene (2018) vai além da mera sobreposição de opressões (raça, gênero e classe). Ela argumenta que essas categorias não são simplesmente somadas, mas que se entrelaçam e se constroem mutuamente de maneira complexa e inseparável. O foco é na "inseparabilidade estrutural" do racismo, do capitalismo e do cis-heteropatriarcado, que juntos produzem as desigualdades e violências específicas que atingem as mulheres negras.

Seguindo na análise dos dados, a respeito do padrão de uso de substâncias, verificou-se que além do crack houve um alto índice de uso de álcool (98%) e tabaco (88%) ao longo da vida, com idade de início do consumo em torno dos 16 anos para ambas as substâncias. A maconha e a cocaína inalada também foram utilizadas por uma parcela significativa de entrevistadas, com percentuais de 70% e 56% simultaneamente, com médias de idade um pouco superiores ao álcool e ao tabaco, entre 17 a 18 anos. O uso de crack aparece com uma média de idade de uso superior às outras substâncias (23,12 anos), porém com desvio padrão maior (9,32 anos), indicando uma variabilidade mais expressiva no início do uso de crack, possivelmente relativa à variação etária que também foi encontrada.

O potencial dependógeno do crack é demonstrado nos dados sobre padrão de consumo, onde em relação ao intervalo entre o início do uso e o aumento do consumo do crack por parte das entrevistadas, verificou-se um intervalo médio de 3,28 anos. Sobre tempo de abstinência ao longo da vida, a maioria afirmou ter conseguido manter-se abstinente por mais de um mês, porém 22% afirmaram não ter conseguido interromper o consumo de crack por mais de 30 dias. Para 90% das entrevistadas, o nível do consumo do crack 30 dias antes da internação tinha alta frequência, ocorrendo entre 20 a 30 dias em um mês. O tabaco e o álcool também tiveram uso elevado nos 30 dias que antecederam à internação. Neste ponto é importante refletir que, para além das questões neuroquímicas que incitam a instalação de um quadro de dependência, há outros fatores sociais que determinam a relação estabelecida da pessoa com a substância. A Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack, desenvolvida pela Fiocruz e publicada em 2014 demonstrou em números, que a exclusão social precede o uso de crack, mas também é agravada por ele. Tais conclusões foram fundamentadas principalmente em decorrência do perfil predominante dos usuários entrevistados, uma população composta em maioria de pessoas negras, com baixa escolaridade e oriundas de classes sociais empobrecidas, caracterização predominante encontrada também nas mulheres entrevistadas para este estudo. Como um aprofundamento necessário para a referida pesquisa, em 2016, foi publicado um outro estudo encomendado pelo SENAD/MJ, intitulado: Crack e Exclusão Social. O estudo corroborou com os dados apresentados na primeira pesquisa, indicando que o uso da droga é consequência de uma vida precária que leva a dependência e faz com que muitos usuários sejam encontrados em situação de pobreza extrema, por vezes em situação de rua e expostos a todos os tipos de violências. Nesse sentido, torna-se fundamental orientar as pesquisas, para além do viés neuroquímico, com foco nos sujeitos e suas trajetórias de vida que precedem e prosseguem o uso de crack.

Os dados apresentados sobre violência demonstraram que as mulheres entrevistadas foram vítimas de todas as cinco modalidades de violência contra mulher elencadas na Lei Maria da Penha, sendo que, as ocorrências de violência psicológica, física e sexual iniciaram ainda na infância e adolescência, reiterando um cenário ainda muito comum nesta faixa etária, principalmente em contextos sociais mais vulnerabilizados. Os dados sobre violência sexual encontrados nesta pesquisa chamaram a atenção inicialmente pelo alto índice de mulheres que afirmaram terem vivenciado este tipo de violência (78%), superior a outros estudos que investigaram a ocorrência deste tipo de violência em mulheres usuárias de crack, os quais apresentaram indicadores entre 38,1% a 55,1% (BASTOS, BERTONI, 2014; GUIMARÃES, 2017 *et al*; SANTOS *et al*, 2018; REBELATTO *et al*, 2022). Acreditamos que elevado percentual de violência sexual relatado pelas pesquisadas possa estar relacionado à realidade local. Uma pesquisa realizada pela Unicef na qual apresentou-se um panorama da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, apontou que o estado de Rondônia ocupa o segundo lugar no ranking de estupros por 100 mil habitantes na faixa etária de 0 a 19 anos, estando atrás apenas do estado de Mato Grosso do Sul (UNICEF, 2021). Neste contexto, também foi verificada uma alta concentração de ocorrências de violência sexual na infância e adolescência das entrevistadas, sendo que de todas as mulheres que referiram este tipo de violência, trinta e nove no total, somente cinco vivenciaram-na apenas na idade adulta. Como principais perpetradores da violência sexual, “outros

familiares" foram os mais citados, com 40% das aferições. Nesta categoria inclui-se irmãos, tios, primos e outros parentes. Neste contexto, cabe trazer os dados publicados no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o qual apresentou dados sobre notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil no período de 2015 a 2021. Neste documento, foi demonstrado um crescente no número de notificações no decorrer dos anos analisados, com maior prevalência em meninas, nas faixas etárias de 05 a 09 anos e em crianças negras. Em 38,9%, o agressor era um familiar, indicador equivalente ao encontrado em nossa pesquisa. O boletim ainda reflete sobre a violência sexual como um agravo de natureza sociocultural, expressado nas relações de classe, gênero e de raça/cor e suas interseccionalidades (BRASIL, 2024).

A respeito da relação entre violência e uso de substâncias, os resultados demostraram que, de forma geral, as mulheres que sofreram violência física, psicológica e/ou sexual tiveram um início de uso de substâncias mais precoce do que aquelas que não sofreram. As maiores diferenças foram encontradas para o uso de crack, onde aquelas que sofreram violência física, psicológica e/ou sexual tiveram uma média de idade de início de uso quase dez anos mais precoce do que aquelas que não sofreram violência. Neste sentido, alguns estudos vêm se dedicando a explicar a relação existente entre uso de drogas e violência, principalmente em mulheres. Um estudo realizado nos Estados Unidos com 336 jovens adultos investigou a relação entre a ocorrência de experiências adversas na infância como abusos físicos, emocionais e sexuais com o uso de substâncias. O estudo concluiu que indicadores altos de violência ou de polivitimização aumentavam em participantes do sexo feminino e de famílias de baixa renda. O referido estudo também concluiu que adultos jovens expostos à múltiplas violências apresentavam mais risco de problemas relacionados ao álcool e outras drogas e sintomas de sofrimento psicológico do que jovens que tiveram baixa exposição (SHIN, MCDONALD, CONLEY, 2018). Voltando para a realidade brasileira, Santos *et al* (2018) publicaram artigo abordando o histórico de violência contra mulheres em contexto de uso abusivo de crack que entrevistou 243 usuárias de crack em Pernambuco nos anos de 2014 e 2015. Observou-se que a maioria das entrevistadas era jovem, negra, com baixa escolaridade e renda, início precoce da vida sexual, em uso compulsivo de crack, morando na rua e comercializando o corpo como a principal fonte de renda. A maioria (96,2%) relatou histórico de violência: psicológica (83,5%), física (87,7%) e sexual (55,1%), praticadas por parentes/amigos, revelando uma história de vida marcada por agressões psicológicas, físicas e sexuais, mesmo antes de iniciarem o uso de drogas, algumas ainda na infância ou na adolescência. Outro estudo realizado 896 adultos (548 homens e 348 mulheres) recrutados em unidades de internação e ambulatório de dependentes químicos do sistema público de saúde em seis capitais de diferentes regiões do país teve por objetivo avaliar a progressão do transtorno por uso de crack de acordo com exposição à violência física ou sexual em homens e mulheres. No referido estudo verificou-se que a violência sexual foi relatada por 41,4% das mulheres e 6,9% dos homens, enquanto a violência física foi altamente relatada por ambos os sexos: 73% das mulheres e 63,7% dos homens. Os achados deste estudo revelaram que as mulheres apresentaram uma progressão mais rápida para o uso de crack quando comparadas aos homens. Além disso, observou-se uma progressão mais rápida para o uso de crack entre aqueles expostos à violência sexual ou física após o início do uso de crack quando

comparados àqueles que não foram tão expostos ou foram expostos à violência sexual ou física antes do primeiro uso de crack (REBELATTO *et al*, 2022).

Importante também ressaltar os altos indicadores de violência doméstica cometida por companheiro que foi constatada em nossa pesquisa, onde houveram prevalências expressivas principalmente nas modalidades de violência psicológica (66%), física (76%) e patrimonial (36%). Neste contexto, existem evidências crescentes que sugerem que violência doméstica e uso indevido de substâncias ocorrem simultaneamente, afetando desproporcionalmente mulheres, principalmente negras e pobres. Em uma revisão integrativa que investigou a ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil (SOUZA e SOUZA *et al*, 2021 *et al*), os autores concluíram com base nos artigos analisados, que o uso de álcool e drogas foi um dos principais fatores, propiciador, influenciador, motivador e desencadeador da violência. Em contrapartida, o consumo de álcool e outras drogas também foi descrito como passível de ser uma consequência da violência intrafamiliar, em um ciclo de consumo e reação, sendo, portanto, um fator importante nesta dinâmica, porém não unicasual.

O panorama apresentado pelo presente estudo revela a complexidade inerente à situação das mulheres usuárias de crack, onde diversos tipos de violência ocupam um lugar central, tanto como uma vulnerabilidade decorrente da situação de uso, quanto como um fator presente em suas histórias de vida, anterior ao uso de substâncias.

5 CONCLUSÃO

Os resultados encontrados indicam que, entre as entrevistadas, há um perfil predominante de mulheres negras, com baixa escolaridade, vivendo de trabalhos informais, com uma parcela significativa de mães solo, onde uma em cada três eram egressas do sistema prisional. Os indicadores a respeito de violências sofridas foram extremamente altos, indicando um padrão de vitimização iniciado ainda na infância e por vezes agravado na vida adulta. Na análise sobre o uso de drogas e a violência, tais dados podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva interseccional, onde articulamos as noções de gênero, raça e classe social para uma compreensão mais amplas dos fenômenos sociais. Nesse sentido, por meio da noção de subordinação interseccional (CRENSHAW, 2002), se entende que que as mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade particularmente sofrem mais com a violência e discriminação de gênero do que mulheres brancas e de classes mais abastadas, ressaltando a importância de se considerar a perspectiva interseccional também em relação às vulnerabilidades em relação ao uso de drogas e exposição à violência de gênero ao longo da vida.

Da mesma forma, o estudo pode contribuir para a visibilização da relação existente entre violência psicológica, física e sexual vivenciada na infância com uma maior precocidade do uso de substâncias em geral e particularmente do uso de crack. Entendemos que o uso precoce de substâncias, sobretudo o que ocorre na adolescência, é considerado um preditor de gravidade no desenvolvimento do transtorno por uso de substâncias e nesse sentido, a violência de gênero pode produzir desfechos negativos em saúde mental.

Ao buscarmos compreender o uso de crack pela perspectiva de gênero, concluímos, portanto, que as mulheres usuárias possuem particularidades decorrentes da própria condição de ser mulher em nossa sociedade, como a violência de gênero presente em suas histórias de vida, e que por isso demandam abordagens de tratamento que considerem suas condições subjetivas e agravamentos.

Por fim, reconhecemos as limitações do presente estudo, principalmente na questão do número amostral, sinalizando a importância de novos estudos nesta área que possam aprofundar a relação existente entre gênero, violência e uso de crack.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018

BASTOS, Francisco Inácio.; BERTONI, Neilane. (org). **Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack:** Quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. 224 p.

BRASIL. **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Coord. Jessé Souza). **Crack e Exclusão Social.** Ministério da Justiça e Cidadania: 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no atendimento às mulheres em situação de violência**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Pública. — 2. ed. — São Paulo : GM Editorial ; Brasília : CFP, 2O24

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1, pp. 171-188, 2002.

CRUZ, Vânia Dias. *et al*. Vivências de mulheres que consomem crack. **Rev Rene**, v.14, n.4, p. 639-49, 2014.

ELY, Amanda, MOSQUEIRO, Bruno Paz. Religiosity/spirituality, motivation and self-efficacy in the treatment of crack users. **Archives of Clinical Psychiatry**, v. 48, p. 36-44, 2021.

FERTIG, Adriana. *et al*. Mulheres usuárias de crack: Conhecendo suas histórias de vida. **Esc Anna Nery**, v.20, n.2, p. 310-16, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em 02 de maio de 2025.

GUIMARÃES, Rafael Alves *et al*. Gender differences in patterns of drug use and sexual risky behaviour among crack cocaine users in Central Brazil. **BMC Psychiatry**. 17:412, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE. **Boletim Epidemiológico**: Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Volume 54, nº 8, fev. 2024.

REBELATTO, Fernando Pezzini *et al*. Gender differences in progression to crack-cocaine use and the role of sexual and physical violence. **Brazilian Journal of Psychiatry [online]**. v. 44, n. 5, p. 478-485, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Daianny de Paula. *et al*. Histórico de violência entre mulheres que fazem uso de crack no estado de Pernambuco. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v.42, n.119, p. 862-875, 2018.

SCOTT, J. W. Gender: still a useful category of analysis? **Diogenes**, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0392192110369316. Acesso em: 25 de abril de 2025.

SHIN, Sunny H.; MCDONALD, Shelby Elaine; CONLEY, David. Patterns of Adverse Childhood Experiences and Substance Use among Young Adults: A Latent Class Analysis. **Addict Behav**. 78: 187–192, 2018.

SOUZA E SOUZA, Luís Paulo *et al*. Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. **Rev. bras. segur. Pública**. São Paulo, v.15, n.2, 44-73, ago/ set, 2021.

UNICEF, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021.

1 Psicóloga formada pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2012). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Atenção Integral ao Usuário de Drogas pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (2017), Especialista em Saúde Mental pelo Grupo Hospitalar Conceição (2019), Especialista em Psicologia em Saúde pelo Conselho Federal de Psicologia (2020), Especialista em Fenomenologia Decolonial e Clínica Ampliada (NUCAFE). Atualmente trabalha como Analista Judiciária- Psicóloga no Núcleo Psicossocial de Apoio à Mulher em Violência Doméstica e Familiar no Tribunal de Justiça de Rondônia--TJRO e Psicóloga Clínica na cidade de Porto Velho-RO. E-mail: amandaelli@gmail.com

2 Psicólogo, Professor do Curso de Graduação e Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Psicologia (PUCRS). E-mail: paulocalheiros@unir.br

Recebido em: 23 de Julho de 2025
Avaliado em: 11 de Setembro de 2025
Aceito em: 28 de Outubro de 2025

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.